



RECONSTRUINDO A MEMÓRIA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS BRASILEIROS - QUE LUGAR É ESSE?

Jéssyca Fraga Vieira – jehfragav@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Dério José Faustino Junior – deriofaustinojr@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Arthur Gabriel Guedes Rocha – arthurggrocha@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Rômulo Gomes – romulogomes@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Bruno Ricardo Peixoto de Rezende – brunoricardo.pr@gmail.com
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de discutir os estudos brasileiros que se inserem no campo dos estudos organizacionais históricos, a partir de suas temáticas e elementos contextuais. Esses estudos caracterizam-se por entenderem a história por meio da reconstrução da memória num contexto situado. Posto isto, realizamos uma revisão sistemática de literatura selecionando estudos brasileiros que se inserem no campo dos estudos organizacionais históricos. A partir desses estudos, mobilizamos questionamentos críticos sobre quais são os lugares de memórias reconstruídos no Brasil, ou seja, quais são as reconstruções de memórias feitas por organizações ou atores organizacionais no Brasil, tendo em vista que diante da perda definitiva do passado é preciso criar lugares de memória. Com isso, nas análises, postulamos quatro eixos temáticos que ressaltam as peculiaridades desses lugares de memória, que são: (1) Memórias de massa e de grupos sociais brasileiros, (2) Disputas políticas pelas páginas dos livros de História do Brasil, (3) Para o interior dos muros das organizações brasileiras e (4) Sujeitos minorizados – perceptivas que fazem sentido. Além disso, a partir das discussões desses eixos temáticos, este estudo também sugere algumas possíveis perspectivas temáticas a serem desbravadas pelos pesquisadores de estudos organizacionais históricos brasileiros.

Palavras-Chaves: Memória. Lugares. Virada Histórica. Estudos Organizacionais Históricos.

1 O CARÁTER A-HISTÓRICO E O LUGAR DE SILÊNCIO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS BRASILEIROS

O caráter a-histórico das pesquisas desenvolvidas na área de Administração tem sido problematizado por pesquisadores do campo dos Estudos Organizacionais, chamando à reflexão sobre questões espaço-temporais e a construção do presente, bem como sua utilização

estratégica por empresas e organizações como forma de legitimar o resgate de uma trajetória histórica específica (WANDERLEY et al., 2016). Desta problematização se desenvolve uma integração entre História e Estudos Organizacionais (CORAIOLA et al., 2021) que se dispõe a tratar organizações sem desconsiderar seus contextos sócio-históricos diversos (MACLEAN; HARVEY; CLEGG, 2016) promovendo reflexões críticas de modo interessado com saberes locais, que visibilizam a não-neutralidade das histórias (não)contadas, rompem com saberes únicos\hegemônicos e incluem perspectivas sujeitadas pelo *mainstream* da administração. Tal feito é alcançado por meio de diferentes epistemologias, entendimentos teóricos e metodológicos (WANDERLEY et al., 2016; CORAIOLA et al., 2021), produzindo potentes contribuições com deslocamentos em relação a lugares universais e histórias únicas.

Nesta aproximação entre História e os Estudos Organizacionais, uma agenda de pesquisa denominada Estudos Organizacionais Históricos ganha forma e passa a ser notada a partir de meados dos anos 2000 (COSTA; SILVA, 2019) num movimento que ficou conhecido como “virada histórica” (ROWLINSON et al., 2009; ROWLINSON et al., 2014). A virada histórica é pautada e assumida por diversos pesquisadores, os quais entendem a história gerada por diferenças contextuais. Conduzindo-nos a um entendimento de memória, como produto de relações historicizadas num espaço-tempo situado (HODGE; COSTA, 2020; CORAIOLA et al., 2021). Em outras palavras, os estudos históricos partem da premissa que a

memória está no presente, mas pertence ao passado (NORA, 1993). Esse processo de reconstrução opera o conceito de lugar de memória como pensou Pierre Nora, isso significa entender que não há memória espontânea, e que diante da perda do passado é preciso criar lugares de memória.

Por este ângulo, as pesquisas históricas nos Estudos Organizacionais foram assumindo, na sua grande maioria, dois entendimentos teóricos, assim como suas respectivas implicações empíricas na compreensão da memória nas organizações (HODGE; COSTA, 2020). Um deles foi o entendimento da memória nas organizações a partir de estruturas sociais e históricas (ROWLINSON et al., 2009), o qual busca compreender as organizações como locais de memórias coletivas objetificadas em discursos, narrativas e artefatos (HODGE; COSTA, 2020). Outros estudos voltaram-se para a compreensão das memórias como locais individuais advindas do lembrar situado de atores organizacionais (FELDMAN; FELDMAN, 2006; ADORISIO, 2014; HJORTH; DAWSON, 2016) que por meio de histórias de vida, discursos, questões indenitárias e espaciais problematizam as múltiplas narrativas que constituem o cotidiano organizacional.

Apesar do movimento dos Estudos Organizacionais Históricos não ser recente, suas discussões se concentram, em grande parte, no Norte global. A baixa participação de outras localidades do globo, incluindo o Brasil, implica na limitação das diferenças contextuais trazidas e debatidas pelos estudos da agenda da virada histórica (CORAIOLA et al., 2021), as quais são imprescindíveis para o entendimento da memória enquanto uma reconstrução situada. Isso implica dizer que, elementos contextuais como cultura, área geográfica, grupos sociais, etnias, movimentos migratórios e formações políticas-sociais dos países do chamado sul global (sendo estas categorias políticas e não necessariamente geográficas) ficam restritos à hegemonia de abordagens anglo-saxões e europeias.

Entendemos que essas relações assimétricas tornam-se problemáticas por desconsiderar as múltiplas narrativas que constituem o cotidiano organizacional e por não alcançar as potências de apresentar o local da organização pela ótica diversa a partir de diferentes relações e perspectivas revisitadas em tempo presente pela memória. A centralidade do campo no norte global indica que o desafio do pluralismo e da inclusão persiste, fato esse que contribui para a ocultação de lugares em estudos organizacionais históricos do sul global e de suas histórias e

suas narrativas, motivo pelo qual justificamos nosso interesse e curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia nos estudos organizacionais brasileiros.

No Brasil, apesar da discussão dos estudos organizacionais históricos ter acontecido de maneira mais tardia, como pontua Costa e Silva (2019), constata-se um crescente interesse pelo tema (COSTA; WANDERLEY, 2021; CORAIOLA et al., 2021). À vista disso, diferentes contextos organizacionais registram seus aspectos na produção científica, desde cervejarias (COSTA; MANCEBO; PESSOA, 2016; JACQUES et al., 2021), organizações informais (GRIPP; DOMINGUES, 2017) até clubes de futebol (GRANJA; SANTOS, 2016). Não muito distante, múltiplas perspectivas incluindo grupos socialmente vulnerabilizados por gênero e raça (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015; OLIVEIRA et al., 2021), instituições bancárias (PERDIGAO et al., 2015), revistas de grande circulação (COSTA; PESSOA, 2016), também registram seus lugares na memória nacional, destacando a diversa gama de enfoques que estão presentes em estudos organizacionais brasileiros que buscam aproximar Administração e História.

À vista disso, e como forma de destacar o campo dos estudos organizacionais históricos brasileiros, Wanderley et al. (2016) apresentaram alguns esforços de estudos organizacionais brasileiros que buscam aproximar Administração e História. Em um artigo que busca construir a trajetória dos estudos organizacionais brasileiros que se debruçam na temática história, passado e memória, Costa e Wanderley (2021), além do esforço de identificar temporalmente os marcos dessa trajetória, propõem, de forma não exaustiva, potenciais subcampos da história crítica nas organizações no Brasil. Sugerindo a potência de temáticas a serem desbravadas pelas pesquisas históricas nos estudos organizacionais

Posto isto, seguindo a linha de Wanderley et al. (2016) e Costa e Wanderley (2021), e contribuindo com o campo dos estudos organizacionais históricos brasileiros, propomo-nos a pôr em relevo as diferenças contextuais trazidas por estudos empíricos brasileiros desse campo. Assumindo a importância da compreensão das diferenças contextuais para o

entendimento da reconstrução da memória, buscamos avançar nos esforços anteriores citados, através de discussões das temáticas e dos elementos contextuais a partir dos conceitos teóricos de memória trabalhados pelos estudos da virada histórica. Dito isso, assumimos como objetivo desta pesquisa, discutir os estudos brasileiros que se inserem no campo dos estudos organizacionais históricos, a partir de suas temáticas e elementos contextuais.

Para esse fim, realizamos uma revisão sistemática de literatura (GALVÃO; SAWADA; TREVIZAN, 2004), por meio da qual selecionamos estudos organizacionais brasileiros empíricos que se inserem no campo dos estudos organizacionais históricos. A análise dos artigos foi feita a partir de quatro eixos temáticos, os quais definimos como “lugares de memória no Brasil”, que são: (1) Memórias de massa e de grupos sociais brasileiros, (2) Disputas políticas pelas páginas dos livros de História do Brasil, (3) Para o interior dos muros das organizações brasileiras e (4) Sujeitos minorizados – perceptivas que fazem sentido.

Finalmente, este estudo sugere a partir da discussão desses lugares de memórias identificados, algumas possíveis perspectivas temáticas a serem desbravadas pelos pesquisadores organizacionais brasileiros que buscam superar o caráter a-histórico do campo da Administração, que são: (1) A influência das memórias socioculturais brasileiras na reconstrução das memórias organizacionais; (2) O entendimento das memórias das periferias brasileiras enquanto constituição de uma identidade local; (3) As memórias enquanto compreensão das “organizações de sociabilidade intensiva” (FANTINEL, 2016); (4) A identidade de organizações brasileiras a partir da análise de arquivos e acervos históricos.

2 A RECONSTRUÇÃO DO LUGAR DE MEMÓRIA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

O constructo „Memória Organizacional“, em grande medida, tem sido alvo de interesse dos estudos que tratam da gestão do conhecimento (CORREIA-LIMA; RIGO; SANTOS, 2016) em temáticas como: estratégia, aprendizagem organizacional, inovação, tomada de decisões (STEIN, 1995) representado pelas visões funcionais e interpretativas (WANDERLEY et al., 2016). As análises destes estudos se orientam em relação aos processos de aquisição, registro e o compartilhamento de conhecimento organizacional, abordados por tal constructo, onde a relevância de tais abordagens se justificam de modo utilitarista como forma de potencializar a eficácia das organizações (STEIN, 1995; FELDMAN; FELDMAN, 2006; CASEY; OLIVEIRA, 2011).

Nessa perspectiva vinculada à gestão do conhecimento, a memória organizacional é teorizada como um repositório de conhecimentos organizacionais que pode ser recuperado e aplicado às atividades atuais (STEIN, 1995; WALSH; UNGSON, 1991). Segundo Rowlinson et al. (2009) esse é o entendimento teórico dominante sobre a memória nas organizações, também conhecido como “bandeja de armazenamento” (repositório). Em outras palavras, a memória é tratada como sinônimo de conhecimento organizacional que, por sua vez, é tido como um objeto adquirido, retido e transferível, independente de elementos contextuais e organizativos que ocupam papéis periféricos e sub-representados (WANDERLEY et al., 2016). Tratada desta forma, as relações entre os variados aspectos contextuais como relações e assimetrias de poder, questões simbólicas e demais contingências que afetam lugares de memória não são alcançadas.

Com o surgimento da chamada “virada histórica” nos estudos organizacionais, um conjunto de estudos questionou o entendimento de memória enquanto um repositório (ROWLINSON et al., 2009; ROWLINSON et al., 2014). Tal questionamento levou ao entendimento da memória como um processo, não estático, que se dá de maneira incerta e

emergente (CORAIOLA et al., 2021). Além disso, os estudos da virada histórica, apresentam-se interessados pelo passado, seus divergentes papéis e usos. O passado é explorado como forma de preservar ou construir narrativas de identidades, mas também podem atuar como âncoras temporais para evitar mudanças ou como forma de enfatizar intenções futuras (CAPPELEN; PEDERSEN, 2021). Nas abordagens alavancadas pela virada histórica aparecem em primeiro plano o uso das histórias orais e dos métodos biográficos como fontes para se compreender o passado (COSTA; WANDERLEY, 2021).

Costa e Silva (2019) definem a virada histórica como o segundo momento dos estudos organizacionais históricos, e o período de consolidação do campo, que coloca em relevo as diferentes interpretações da história geradas por diferenças contextuais. A partir de então, os estudos da virada histórica criticam a visão a-histórica da memória (HODGE; COSTA, 2020), por consequência do entendimento contextual ou situacional da memória. Como definem Hodge e Costa (2020) a memória, dentro dessa ótica, é social e coletiva. À vista disso, Coraiola et al. (2021) entendem também que a memória organizacional, nesse momento, é desenvolvida a partir de uma conceito teórico análogo às discussões de memória coletiva.

A memória coletiva se distingue do entendimento de história, na medida em que quando é lembrada evoca as relações contextuais ligadas a determinado tempo e lugar (SANTOS; ICHIKAWA, 2018). A história, por outro lado, segundo Coraiola et al. (2021) é imperativa, não possui autor identificável, e, sobretudo, impõe ordem e significado nos acontecimentos passados. A história implica uma construção problemática e incompleta do que não existe mais

(NORA, 1993), enquanto “*a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente*” (NORA, 1993, p.9).

Nesse ponto, Hodge e Costa (2020), identificaram que nas pesquisas históricas em estudos organizacionais que tratam da memória enquanto processo de reconstrução, há um predomínio epistemológico da memória a partir de uma perspectiva construtivista social. A memória, nesse entendimento, é constituída pelo compartilhamento de significados estabelecidos por uma ordem social e histórica, ou seja, uma memória supraindividual (ROWLINSON et al., 2009). O que por sua vez, fez com que a memória individual fosse relegada a um segundo plano (HODGE; COSTA, 2020).

Em um estudo que problematiza memória coletiva, memória individual e os seus desdobramentos na pesquisa organizacional, Hodge e Costa (2020), identificaram e analisaram que, em grande maioria, os estudos organizacionais históricos assumem que as organizações são uma unidade de memória coletiva. Por exemplo, análises e informações sobre como específicos povos são representados e como essas representações constituem lugares históricos e informam como determinados povos representados se veem nesses lugares e como são retratados em todo mundo a partir de tais lugares. Chamando atenção para outros aspectos, tais como, os efeitos da narrativa e os impactos dos lugares de memória em imagem ou reputação (PALUDI; MILLS; MILLS, 2021) Por conseguinte, para fixarem um campo de estudo de memória nas organizações, distinguem memória coletiva de memória coletada.

A memória coletada é definida como sendo a memória individual, seria aquela relativa às lembranças individuais. Por outro lado, a memória coletiva é aquela que vai de encontro aos relatos subjetivos. A memória coletiva, nessa perspectiva construtivista social, é constituída por significados estabelecidos e compartilhados por estruturas sociais. No nível organizacional, os estudos que adotam essa perspectiva, identificam e objetificam essa memória coletiva em discursos, narrativas e artefatos (HODGE; COSTA, 2020). Por conseguinte, tópicos como cultura organizacional, identidade organizacional, mudança são debatidos dentro dessa perspectiva construtivista social da memória.

Assim sendo, nessa lógica construtivista social da memória, há uma clara separação entre memória individual e memória coletiva, de modo que é deixada à margem a discussão da interseção entre o individual e o coletivo promulgado por lembranças ou histórias individuais. Porém, apesar dessa predominância da ótica construtivista social, há estudos da virada histórica que articulam essa interseção entre o coletivo e o individual a partir da subjetividade dos atores organizacionais.

Introduzindo a perspectiva epistemológica de memória a partir do lembrar ou recordar, Feldman e Feldman (2006), entendem que o lembrar é feito pela prática da memória dos sujeitos organizacionais. Nessa ótica situada das memórias (re) criadas por sujeitos organizacionais, Adorisio (2014) discute e põe em relevo a análise das narrativas contrárias às narrativas consolidadas nas organizações. Nesse sentido, tanto Feldman e Feldman (2006) como Adorisio (2014), evidenciam os aspectos subjetivos experienciais dos sujeitos organizacionais em relação às situações que as lembranças acontecem.

Problematizando o papel da história nos estudos organizacionais por meio dos atos criativos, Hjorth e Dawson (2016), enfatizam a produção do cotidiano. Para tanto, abordaram a análise de narrativas concorrentes que produzem múltiplas visões do cotidiano de empresas familiares, de forma que argumentam que as histórias são múltiplas. E que, portanto, seria um equívoco empreender uma busca pelo verdadeiro, mas sim pelo real.

Com isso, vemos que os estudos que entendem a memória por meio da subjetividade que promulga aspectos coletivos e individuais, também assumem que as histórias ou narrativas

pouco tem a ver com o ajuste mais próximo à “realidade”, ou com a única história a ser legitimada pela organização. Mas sim, a um espaço de ficção criado pelos sujeitos o qual se destaca as produções simbólicas de cada subjetividade, assim como os interesses subjetivos imediatos de cada ator organizacional (YBEMA, 2014).

Vale destacar que a subjetividade discutida nesses estudos organizacionais históricos, em grande maioria, não é entendida enquanto uma essencialidade. Mas, por uma pluralidade derivada de construções sociais que produzem diferenças (FELDMAN; FELDMAN, 2006). Em outras palavras, o lembrar organizacional proposto por e Feldman e Feldman (2016), repercutido por Adorisio (2014), assim como os atos criativos das histórias em Hjorth e Dawson (2016) sinalizam para as experiências subjetivas das práticas das memórias em uma realidade situada, a qual essa subjetividade promulga aspectos sociais, coletivos e culturais.

Finalmente, entendemos e assumimos que os estudos da virada histórica, em geral, caracterizam-se por entender a memória nas organizações enquanto reconstruções de entendimentos passados a partir de uma ocasião presente. Consequentemente, produzem significados vinculados a um espaço-tempo situado (GABRIEL, 1995). Dessa maneira, contrapõem-se ao entendimento de memória organizacional enquanto um repositório. No tópico a seguir apresentaremos os aspectos metodológicos do presente estudo.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Realizamos uma revisão sistemática de literatura selecionando os estudos que foram analisados a partir de uma questão específica (GALVÃO; SAWADA; TREVIZAN, 2004), trata-se de um percurso investigativo com caráter retrospectivo baseado em evidências práticas disponíveis (pesquisas) que já vem sendo utilizado nos Estudos Organizacionais

(IGARASHI; IGARASHI; BORGES, 2015; GOMES; CARDOSO; DOMINGUES, 2021).

Desse modo, mobilizamos como ponto de partida, questionamentos críticos como importante recurso para guiar entendimentos práticos diante da necessidade de reconstruir esse lugar de memória nos Estudos Organizacionais nacionais. A questão específica “Como os lugares de memória são reconstruídos pelo entendimento de memória trazido pelos estudos organizacionais históricos?” foi o parâmetro que orientou os pesquisadores durante a pesquisa, a qual teve como objetivo discutir os estudos brasileiros que se inserem no campo dos estudos organizacionais históricos, a partir de suas temáticas e elementos contextuais.

Os procedimentos que compuseram o emprego da técnica de revisão sistemática neste estudo foram operacionalizados conforme as etapas definidas e descritas no handbook da Cochrane Collaboration (HIGGINS, GREEN, 2011), por se mostrar mais ajustado em estudos organizacionais (IGARASHI; IGARASHI; BORGES, 2015), pois auxilia a minimizar conflitos em relação a investigações cujo tema apresente definições conceituais não padronizadas, ambíguas. A coleta dos dados iniciou-se pela pesquisa nos repositórios acadêmicos Scielo e Spell, com as palavras-chaves: “estudos organizacionais históricos”;

“virada histórica nos estudos organizacionais”; “memória nas organizações” e “memória organizacional”, as quais foram escolhidas a partir dos entendimentos advindos do referencial teórico. Por esta via, encontramos 141 estudos. Há de se ressaltar que alguns artigos de um termo para outro, bem como de uma plataforma para outra, apareceram de maneira repetida. Posto isto, como mostra o quadro abaixo, encontramos a seguinte quantidade de estudos conforme cada palavra-chave, bem como, conforme cada repositório.

Quadro 1 - Organização inicial da coleta de dados

BASE DE DADOS		SCIELO	SPELL
TERMOS	Estudos organizacionais históricos	8	25
	Virada histórica nos estudos organizacionais	1	2
	Memória nas organizações	27	14
	Memória organizacional	20	44
TOTAL		56	85

Fonte: Elaborado pelos autores

Em seguida, selecionamos os estudos que se posicionavam dentro dos estudos organizacionais brasileiros, que fossem empíricos, assim como se situavam dentro do objetivo do nosso estudo. Com isso, 13 artigos foram selecionados. Após a leitura apurada dos 13 artigos, agrupamos os artigos em quatro eixos temáticos, que são: (1) Memórias de massa e de grupos sociais brasileiros, (2) Disputas políticas pelas páginas dos livros de História do Brasil, (3) Para o interior dos muros das organizações brasileiras e (4) Sujeitos minorizados – perceptivas que fazem sentido.

Definimos esses eixos temáticos como os “lugares de memória nos Brasil”, os quais foram estruturados conforme as temáticas e elementos contextuais trazidos pelos estudos históricos brasileiros selecionados. Por fim, nas análises focamos em identificar as temáticas e elementos contextuais trazidos pelos artigos empíricos, assim como discutir essas temáticas e elementos contextuais a partir dos dois entendimentos teóricos de memória, predominantes (HODGE; COSTA, 2020), apresentados no referencial teórico. No próximo tópico apresentaremos as análises segundo esses eixos temáticos postulados.

4 LUGARES DE MEMÓRIA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS BRASILEIROS

É sabido que as organizações estão inseridas em países, os quais possuem aspectos sociais e culturais. Alguns hegemônicos, e outros marginalizados tendo em vista disputas e relações de poder assimétricas entre grupos sociais diversos. Nesse sentido, de modo geral, as organizações e os atores organizacionais produzem narrativas que são destinadas a determinado contexto social e cultural. Em outras palavras, os lugares de memória são reconstruídos por grupos sociais e atores organizacionais, bem como para grupos sociais e

atores organizacionais. A reconstrução dos lugares de memória, portanto, se dá a partir da intersecção daqueles que contam com aqueles que ouvem. Estabelecendo assim relações que fazem sentido nessa comunicação. A partir dessa temática, estudos organizacionais brasileiros históricos trouxeram alguns lugares de memórias reconstruídos no Brasil, colocando em destaque peculiaridades sociais e culturais do Brasil.

5 Memórias de massa e de grupos sociais brasileiros

Muitas das ações humanas são realizadas pela ordem dos sentidos. Diante disso, segundo Hall (1997), a cultura é esse conjunto de códigos e símbolos, compartilhados e reproduzidos coletivamente, que conferem sentidos às ações humanas. Em relação a um país, os traços culturais e sociais não são únicos e tampouco estáticos, principalmente em um país de dimensões continentais como o Brasil. O que observamos no Brasil são culturas hegemônicas, que se diferenciam de região para região, ou até mesmo de estado para estado.

Também observamos culturas locais que estão vinculadas a grupos sociais específicos. Além disso, temos o que entendemos como cultura de massa, que são traços culturais amplamente compartilhados ao se pensar em Brasil. Nesse sentido de traços culturais de massa e de grupos sociais brasileiros, identificamos que alguns estudos organizacionais históricos brasileiros caracterizam-se por destacarem a influência das memórias dos contextos sociais e culturais na reconstrução das memórias organizacionais, ou em fenômenos organizacionais.

Começamos pelo estudo de Costa e Pessoa (2016). O entendimento teórico da memória coletiva, trazido pela perspectiva construtivista social (ROWLINSON et al., 2009), é discutido no estudo de Costa e Pessoa (2016) a partir da análise crítica de peças publicitárias veiculadas numa mídia de massa brasileira. As peças selecionadas transmitiam, em alguma medida, as temáticas: história ou memórias relacionadas à proposta do respectivo anúncio da empresa. Por meio dessas análises, Costa e Pessoa (2016), compreendem os anúncios publicitários, enquanto discursos organizacionais, os quais, estrategicamente, usam a memória, e a história, como forma de consolidação da marca na sociedade, assim como veiculação da marca a determinadas temáticas que, em tese, acarretará uma ampla aceitação do público. Dentre as temáticas destacamos o futebol, a relação da marca da empresa com conquistas esportivas, a história de atuação da empresa em determinada área, a longevidade da marca no Brasil.

Com isso, na análise dos anúncios publicitários, Costa e Pessoa (2016), ressaltam, sobretudo, a íntima relação entre a memória e a história da empresa, com a memória social e

histórica (ROWLINSON et al., 2009) do público mirado pelos anúncios publicitários. Nesse sentido, a memória coletiva é vista e desenvolvida, nos anúncios publicitários, através da intersecção de significados estabelecidos e compartilhados por estruturas sociais e coletivas (HODGE; COSTA, 2020), tanto das empresas, como dos grupos sociais. Portanto, ao investigar os anúncios publicitários de uma mídia de massa brasileira, Costa e Pessoa (2016), jogam luzes para o entendimento que a reconstrução da memória coletiva de uma empresa, usada estrategicamente como discurso organizacional, está em constante diálogo com as reconstruções sociais e históricas da sociedade, no caso, a brasileira.

Ainda sobre o uso estratégico das memórias sociais, Granja e Santos (2016), compreenderam a construção e reconstrução da identidade organizacional dos clubes de futebol de acordo com o ponto de vista de seus torcedores e, conjuntamente, como os seus departamentos de marketing utilizam essa memória em suas ações. Granja e Santos (2016) lançaram mão da ideia que as histórias construídas pelos torcedores em relação aos clubes, contribuem para a construção e reconstrução da identidade organizacional dos clubes de futebol

estudados. Tendo em vista que os significados particulares, os sentimentos nostálgicos, podem ser conduzidos para algo comum a um determinado grupo de consumidores. Por esta perspectiva, a partir do estudo de Granja e Santos (2016), vemos que as produções simbólicas das subjetividades (YBEMA, 2014) dos torcedores são destacadas com a finalidade de construção de uma memória coletiva.

Correia-Lima, Rigo e Santos (2016), pelo ângulo da compreensão da construção dos lugares de memória coletiva e social (ROWLINSON et al., 2009), analisaram os mecanismos de registro e compartilhamento de conhecimentos e vivências, utilizados pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira, o Banco Palmas e o Instituto Palmas, os quais são organizações sociais do bairro Conjunto Palmeira, localizado na periferia de Fortaleza no Estado do Ceará. O estudo de Correia-Lima, Rigo e Santos (2016) destaca a relevância da memória das organizações que não se limita às contingências internas, o que por sua vez revelou que a reconstrução da memória organizacional se dá junto à memória social e identidade local da comunidade citada.

Sobre a identidade local, o bairro Conjunto Palmeira foi constituído a partir da urbanização de Fortaleza na década de 1970. Os governantes, à época, promoveram uma “limpeza” urbana que resultou no deslocamento dos pobres para as áreas periféricas da cidade, dando origem, assim, ao bairro Conjunto Palmeira. Nesse contexto de pobreza e marginalidade, as organizações sociais sugeriram com o objetivo de promover projetos, ações, mobilizações, visando melhorias, geração de renda e busca de direitos sociais para o Conjunto Palmeira. Posto isto, Correia-Lima, Rigo e Santos (2016) puderam analisar por meio de atas de reuniões, cartilhas, roteiros de peça de teatro, livros, fotonovelas, objetos históricos, vídeos, maquetes, cordéis e fichas, que as práticas, os valores e procedimentos dessas organizações sociais são fundados junto às contextualidades citadas, as quais constituíram a identidade local do bairro Conjunto Palmeira.

No caso de uma feira de artesanato, enquanto um espaço organizacional, Gripp e Domingues (2017) destacam como as lembranças e memórias dos sujeitos podem influenciar a percepção desse espaço. Ao buscar compreender dinâmicas organizativas em feiras por meio de relações entre memória e espaço, Gripp e Domingues (2017) não nos deixam esquecer que espaço e tempo não existem de maneira universal, só podendo ser entendidos de acordo com determinado contexto relacional. No estudo de Gripp e Domingues (2017) vemos que o espaço organizacional da feira do artesanato é percebido e constituído, pela prática da memória dos atores sociais (FELDMAN; FELDMAN, 2006). Conduzindo-nos à reflexão que a reconstrução das memórias dos sujeitos envolvidos com a feira, produzem a constituição do espaço organizacional que é a feira de artesanato.

6 Disputas políticas pelas páginas dos livros de História do Brasil

A História de um país não é única. Há várias disputas políticas e ideológicas para se legitimar determinada narrativa. Nessa arena de disputa de narrativas, os arquivos e acervos históricos são valiosas fontes para que a História seja reconstruída, no sentido de se apurar fatos até então não levados em conta pela sociedade. À vista disso, alguns estudos organizacionais históricos brasileiros caracterizaram-se por analisarem criticamente períodos da História brasileira a partir de arquivos e acervos históricos.

Sobre essa frente de versões da história, que são reconstruídas em diversos momentos, por diversos atores, Costa e Silva (2017) propuseram possíveis reflexões ao campo dos estudos organizacionais, a partir da análise de fontes e acervos históricos sistematizados pela Comissão

Nacional da Verdade (CNV), estabelecida no Brasil. As comissões da verdade, de modo geral, são “[...] mecanismos criados para apurar e reparar crimes de violação dos direitos humanos, que tornam possível problematizar e rever versões históricas oficiais hegemônicas” (COSTA; SILVA, 2017, p. 166). No Brasil, a CNV buscou apurar e esclarecer as graves violações aos direitos humanos concernentes ao período do regime militar brasileiro (COSTA; SILVA, 2017).

As fontes documentais estabelecidas pela CNV, no Brasil, serviram de base para que Costa e Silva (2017) empreendesse reflexões acerca dos agentes sociais envolvidos no período do regime militar, do próprio processo de construção do relatório final da CNV, e de maneira geral, das disputas políticas e ideológicas pela história que é legitimada. Considerando essas reflexões trazidas por Costa e Silva (2017), depreendemos, primeiramente, que a memória coletiva está ligada a um tempo e lugar (SANTOS; ICHIKAWA, 2018), ou seja, as memórias são rememoradas através de demandas do presente. No caso do estudo, a instauração da CNV, no Brasil, ganhou corpo por meio das discussões e do eixo proposto na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos em 2008. Contudo, a CNV foi criada apenas em 2011. O Ministério de Defesa e a Advocacia Geral da União do Brasil tinham receio que os debates acerca do passado pudessem desestabilizar o país politicamente (COSTA; SILVA, 2017), haja vista que nesse cenário há narrativas contrárias, de grupos sociais, que disputam a história legítima a ser contada.

Outra consideração que depreendemos do estudo de Costa e Silva (2017), é que a memória coletiva é estruturada a partir de grupos sociais (HODGE; COSTA, 2020). Isso implica dizer que dentro de um país, por exemplo, há várias narrativas da história acerca de determinado tema do passado. Umas, no entanto, tornam-se hegemônicas devido às questões políticas e ideológicas vinculadas a determinados grupos hegemônicos de um tempo histórico. Dessa forma, entendemos que o entendimento do passado, a partir da memória coletiva, não é homogêneo em relação a um país. Mas sim, é homogêneo em relação às narrativas de grupos sociais.

Com isso, vemos a partir do estudo de Costa e Silva (2017) que as fontes e os arquivos históricos quando interpretados de forma crítica, levando em consideração: o contexto do passado abordado; os atores do passado envolvidos; o processo de construção do arquivo; o público a que esse arquivo é destinado; e as diversas demandas do presente, possíveis desconstruções e reconstruções da história podem ser feitas. Nessa mesma perspectiva de reconstrução da história a partir da análise de arquivos e documentos históricos, Santos e Costa (2019) analisam criticamente eventos também ocorridos no período do golpe civilmilitar de 1964 no Brasil.

O argumento principal de Santos e Costa (2019) é que o golpe civil-militar de 1964 foi corroborado pela atuação da grande imprensa. As autoras defendem que a abertura do sigilo de documentos da época da ditadura propicia um movimento de desenvolvimento de pesquisas a respeito dos eventos históricos ocorridos em 1964. No caso, as autoras desenvolvem uma historiografia a partir de uma pesquisa documental e qualitativa, e analisam o Caderno Especial do Jornal Folha de São Paulo, publicado no dia 31 de março de 1964, contribuindo, segundo elas, com (1) a ampliação do conhecimento acerca do golpe civilmilitar de 1964 e sobre o posicionamento da grande imprensa em momentos de mudanças políticas, (2) com o uso do editorial como fonte de pesquisa histórica e (3) com a desnaturalização da neutralidade do posicionamento ideológico político de uma organização.

Santos e Costa (2019) optaram por uma metodologia intrincada, misturando análise de discurso, análise de conteúdo e a própria historiografia. As autoras também sobrepõem objetivos para a pesquisa como analisar elementos históricos, analisar o posicionamento

ideológico da empresa estudada e desenvolver uma análise do discurso. Com isso, o trabalho apresenta uma análise documental rica em detalhes, relevante para compreensão dos eventos históricos de 1964, seus antecedentes e seus impactos. Portanto, a partir do estudo de Santos e

Costa (2019), percebemos que os eventos históricos, apesar de serem fatos que ocorreram no passado, as reconstruções da História a partir de novos documentos e outros olhares, possibilitam a constituição de narrativas diversas, assim como contraditórias. O olhar para a História, a partir de uma perspectiva organizacional histórica, implica considerar os elementos presentes (SANTOS; ICHIKAWA, 2018) em que essa História é remorada.

7 Para o interior dos muros das organizações brasileiras

O uso da categoria da memória pode contribuir para alargar a compreensão daquilo que acontece nas organizações - em um imbricamento entre passado-presente são construídos diferentes elementos importantes à análise organizacional. Entre esses elementos estão a cultura organizacional, a identidade organizacional e também a produção do contexto no qual as práticas organizativas são situadas. Posto isto, alguns estudos organizacionais históricos brasileiros caracterizam por focarem a reconstrução da memória nas organizações a partir das histórias da própria organização.

No tocante à cultura, Pardini, Machado e Oliveira (2017) descrevem como a abordagem histórica, por meio da memória, pode contribuir para compreender elementos culturais em aquisições e fusões entre empresas. Nesse sentido, mais do que narrativas de empresas que passam a integrar um mesmo corpo funcional, a memória atua como enunciador de eventos longitudinais, um meio para compreender o estado presente das organizações e, também, a produção de significados expressos nos relatos dos membros da organização. Nessa esteira, o debate amplia o entendimento para estudo tanto do fenômeno cultural como também da abordagem histórica em estudos organizacionais.

Nesse mesmo nível de entendimento de organização enquanto memória coletiva materializada em discursos, narrativas e artefatos passados em situações presentes (HODGE; COSTA, 2020), podemos articular afastamentos em relação a lugares de origem as experiências de nostalgia que reconstroem lugares de memória organizacional que faziam sentido no passado, como terra natal. Nesse sentido, Wood Jr. e Binder (2010) trazem a contribuição desses elementos do passado para organizar contextos de mudanças e futuro em organizações. Os autores chamam a atenção para uma constituição que não está presa ao passado, mas que representa e produz a realidade - ou seja, admitem um caráter enunciador para explorar o contexto e as mudanças ao longo do tempo nas organizações. No trabalho, Wood Jr. e Binder (2010), ampliam os modos de estudar a dinâmica envolvida em cenários de mudanças, trazendo a partir de nostalgia e memória formas de acessar a cultura, estrutura, sistemas e procedimentos - registrados em documentos, arquivos, biografias e trabalhos científicos.

Não menos significativo Perdigão et al. (2015) fazem o exercício do estudo da identidade organizacional a partir da memória. Partindo da compreensão que a identidade é fluida e expressa um resultado contextual e temporário, a memória ajuda a reconstituir a identidade em um contínuo da história da empresa. Nessa linha, o esforço está na reconciliação de elementos que integram fracassos e fragilidades, ao mesmo tempo que se tenta constituir uma identidade impecável e ilibada. Ou seja, a memória nos permite romper com a ortodoxia de documentos oficiais sobre a história da empresa, ampliando visões a partir de representações compartilhadas de vozes, muitas vezes, esquecidas nas narrativas.

Nessa linha da identidade organizacional, construída a partir do entendimento da reconstrução da memória coletiva, supraindividual (ROWLINSON et al., 2009), Costa, Mancebo e Pessoa (2016) problematizaram o tour pelo museu da fábrica da Cervejaria Bohemia enquanto um espaço estratégico de memória corporativa, o qual ajuda a constituir a identidade organizacional da empresa. Posto isto, Costa, Mancebo e Pessoa (2016) afirmam que a Cervejaria Bohemia é considerada como um museu corporativo, pois busca usar artifícios das memórias coletiva com objetivo de ser criada uma narrativa histórica que venha legitimar e fortalecer o discurso de história e tradição da marca Bohemia.

Também sobre o objeto de estudo de uma cervejaria, e sobre a reconstrução da memória de uma organização, Jackes et al. (2021) analisaram o modelo de gestão e as evidências de memória organizacional em cervejarias pertencentes à Rota das Cervejarias Artesanais no estado do Rio Grande do Sul. Quanto à memória organizacional, um aspecto que se destaca é que, sem optar por uma conceituação a priori, Jackes et al. (2021) apresentam diversas formas em que a memória organizacional se manifesta e, na análise, aglutinam estas características a partir dos dados empíricos. Desta forma, os autores desenvolvem uma definição de memória organizacional que envolve (1) mecanismos que operacionalizam o conhecimento tácito em inovação de produtos; (2) meios pelos quais se busca o conhecimento sobre a experiência do passado para incorporar e dar suporte às atividades do presente, a fim de obter maior eficácia organizacional; (3) informação armazenada da história da organização e (4) histórias e experiências compartilhadas pelos empresários e colaboradores.

8 Sujeitos minorizados – perspectivas que fazem sentido

Para além das grandes organizações (empresariais), dos sujeitos importantes, de maior poder nas relações e as grandes histórias, sobretudo as de sucesso, alguns estudos organizacionais históricos se dedicam a apresentar a organização por óticas divergentes em relação à história dominante a partir de outras relações e perspectivas subjugadas em tempos passados, mas revisitadas em tempo presente pela memória. Esses estudos se caracterizam por romper com as produções que utilizam o passado como ferramenta de reprodução das relações de poder do presente, colocando em evidência deslocamentos desses lugares como modo de reconstrução da memória a partir de sujeitos marginalizados no contexto brasileiro.

Nesse sentido, lançando mão de memórias em movimento passado-presente, em relação às experiências de organização no combate à violência de gênero da Casa de Referência a Mulher Tina Martins, Oliveira et al. (2021) buscaram historicizar diferentes modos de resistir das e nas organizações sociais, a partir de um processo de reconstrução de sentidos produzidos pelas mulheres integrantes da experiência. Com efeito, abrindo espaço para sujeitos, memórias e práticas não hegemônicas, foi possível entender que tal organização não se tratava de fato de um simples meio de reivindicação de políticas públicas em defesa das mulheres vulnerabilizadas por violências cotidianas. Mas sim, de espaços de acolhimento escuta de memórias das próprias mulheres integrantes da organização que insistiam em historiar.

Desse modo, entendemos que Oliveira et al. (2021), a partir do entendimento da prática de memórias subjetivas (FELDMAN; FELDMAN, 2006) demonstraram que o fenômeno organizativo estudado visava outras possibilidades, quais sejam, ultrapassar métodos de instituições formais. Seguindo pelo caminho do acolhimento feito a partir de uma escuta ativa e modos de viver cujo horizonte implicava, sobretudo, na desnaturalização da violência de gênero junto às mulheres integrantes do espaço ocupado. Nesse mesmo sentido de memórias individuais (HODGE; COSTA, 2020) que historicizam, Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), analisaram como as noções historicamente entrelaçadas de memória, tempo e espaço importam

para apreensões em relação aos diversos lugares nos quais as empregadas domésticas estiveram e estão presentes ao longo de sua trajetória de vida.

Pelo mesmo caminho, a partir de perspectivas divergentes em relação àquelas dominantes, Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015) convidam os pesquisadores da administração para que explorem o universo das trabalhadoras domésticas, mulheres gestoras do cotidiano, a partir do ponto de vista delas próprias. Um lugar generificado feminino, inferiorizado socialmente não apenas pelo fato de serem trabalhadoras domésticas, manuais, sem escolaridades exigidas, mas também à própria condição (desigual) de gênero. Por meio da análise das histórias narradas pelas trabalhadoras, Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), identificaram, por um lado, sentimentos de pertencimento aos lugares de trabalho e moradia dessas trabalhadoras. E por outro lado, esses mesmos lugares caracterizam-se recorrentemente pela negação da condição de empregada doméstica. Por fim, entendemos que os autores contribuíram para o campo dos estudos organizacionais por destacarem as narrativas de trabalhadoras domésticas, bem como por entenderem que ouvir as próprias trabalhadoras era a forma mais adequada de se compreender as relações que as mesmas estabelecem ou não com os lugares que trabalham, vivem e se socializam (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015) desvelando perspectivas que fazem sentido na reconstrução de lugares de memória.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sugere que os estudos organizacionais históricos brasileiros abordam diferentes lugares de memória, de modo que se entende por lugares de memória, aqueles resultantes de movimentos de reconstrução da memória feitos por práticas organizativas, organizações ou praticantes organizacionais. Posto isto, identificamos e postulamos quatro lugares de memórias trabalhados pelos estudos empíricos selecionados via a revisão sistemática de literatura, orientados pela nossa intenção declarada de responder que lugares são esses, quais sejam: (1) Memórias de massa e de grupos sociais brasileiros, (2) Disputas políticas pelas páginas dos livros de História do Brasil, (3) Para o interior dos muros das organizações brasileiras e (4) Sujeitos minorizados – perceptivas que fazem sentido.

Tais eixos temáticos sugerem que no Brasil, apesar dessas pesquisas se posicionarem em contrapartida ao entendimento da memória estática, vista enquanto um repositório, há diferentes abordagens que estruturam as discussões em relação à reconstrução da memória num espaço-tempo situado. Os eixos temáticos ou, como definimos, os lugares de memória no Brasil, foram ordenados por meio das temáticas e elementos contextuais trazidos pelos estudos organizacionais históricos brasileiros selecionados.

Dessa forma, compreendemos que os trabalhos inseridos no eixo (1) Memórias de massa e de grupos sociais brasileiros - evidenciam, sobretudo, a influência das memórias sociais na reconstrução da memória organizacional. Com isso, os estudos destacaram influência das memórias de conquistas esportivas, do futebol (COSTA; PESSOA, 2016), dos torcedores de clubes brasileiros (GRANJA; SANTOS, 2016), de identidades locais de grupos sociais (CORREIA-LIMA; RIGO; SANTOS, 2016), das lembranças de sujeitos que participam de uma feira artesanal (GRIPP; DOMINGUES, 2017). Já os estudos do eixo (2) Disputas políticas pelas páginas dos livros de História do Brasil - salientam que novas discussões acerca da participação de agente sociais (COSTA; SILVA, 2017) e da imprensa (SANTOS; COSTA, 2019) no período do regime militar brasileiro podem ser empreendidas através da análise crítica de arquivos e acervos históricos.

Os estudos do eixo (3) Para o interior dos muros das organizações brasileiras - caracterizam-se por abordarem a reconstrução da memória organizacional a partir das suas próprias histórias.

Esses estudos tratam os lugares de memória no Brasil de uma forma mais singular, próprias às organizações, uma vez que os mesmos têm como foco estruturar as discussões em torno de temas que buscam representar e distinguir as organizações no campo da Administração, como: identidade organizacional (COSTA; MANCEBO; PESSOA, 2016; PERDIGÃO et al., 2015; JACQUES et al., 2021), cultura organizacional (PARDINI; MACHADO; OLIVEIRA, 2017), mudança organizacional (WOOD JR.; BINDER, 2010). Por fim os estudos do eixo (4) Sujeitos minorizados – perceptivas que fazem sentido - evidenciam as reconstruções das memórias de sujeitos marginalizados no contexto brasileiro, como: mulheres inseridas em uma organização que combate à violência de gênero (OLIVEIRA et al., 2021), e as narrativas de trabalhadoras domésticas (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERE, 2015).

Entendemos que este estudo contribui com o campo dos estudos organizacionais históricos brasileiros, por meio da discussão das temáticas e elementos contextuais trazidos por tais estudos. Além disso, ao postularmos os eixos temáticos, ou lugares de memórias no Brasil, sugerimos, aqui, algumas possíveis perspectivas temáticas, para o crescente campo dos estudos organizacionais históricos brasileiros (WANDERLEY et al, 2016), tais como:

(1) A influência das memórias socioculturais brasileiras na reconstrução das memórias organizacionais - A compreensão da influência das memórias socioculturais brasileiras nas organizações, pode ajudar a entender tanto a construção histórica das organizações e fenômenos organizacionais, assim como suas projeções para o futuro. E nesse ponto entendemos que há diversas constituições de memórias socioculturais brasileiras. Identificar e compreender quais são as memórias que influenciam a construção e projeção das organizações e fenômenos organizacionais, é algo relevante, e que entendemos, que deve ser considerado pelos pesquisadores de estudos organizacionais históricos.

(2) O entendimento das memórias das periferias brasileiras enquanto constituição de uma identidade local - Como muito dos saberes, das tradições, e da própria história das periferias brasileiras não são institucionalizados, entendemos ser importante (re)visitar arquivos da população local, ouvir histórias orais da população, dentre outros artefatos históricos, para que a identidade local dessas periferias sejam historicizadas de uma forma mais honesta a partir das narrativas da própria população local. Uma identidade local constituída a partir das memórias de dentro, dos sujeitos pertencentes ao local em seus próprios termos. Dessa forma, sugerimos o deslocamento de histórias hegemônicas sobre esses lugares, situadas em espaços normativos, para incluir múltiplas perspectivas na produção de lugares e memórias nos Estudos Organizacionais.

(3) As memórias enquanto compreensão das “organizações de sociabilidade intensiva”

(FANTINEL, 2016) - Segundo Fantinel (2016), as organizações de sociabilidade intensiva são caracterizadas pelas interações entre os sujeitos, de modo que a interação social é identificada como o motivo pelo qual essas organizações existem. Alguns exemplos dessas organizações são: feiras, shows, festivais, cafeterias, entre outros. Posto isto, entendemos que compreender organizações de sociabilidade intensiva, por meio da reconstrução das memórias dos sujeitos que participam ou participaram dessas organizações, ajuda muito a extrair os significados simbólicos dessas organizações.

Como um exemplo dessas organizações, e para fins de exemplificação, achamos interessante compreender o RockinRio (que é uma organização de sociabilidade intensiva), a partir das histórias de músicos, de produtores, do público, que participaram desse festival. Compreender as memórias de sujeitos que foram e fizeram o RockinRio acontecer, enquanto um fenômeno organizacional, torna-se relevante para construir a própria identidade do RockinRio. Nesse sentido, as memórias individuais trazidas pelos integrantes do Iron Maiden, dos produtores que

são a família Medina, e de pessoas do público, mesmo que de forma idiossincrática, balizam a memória coletiva do fenômeno organizacional RockinRio.

(4) A identidade de organizações brasileiras a partir da análise de arquivos e acervos históricos - Entendemos ser relevante discutir a temática, identidade organizacional, a partir de arquivos e acervos históricos das organizações, eventualmente pesquisadas, assim como a partir de arquivos produzidos por outros agentes sociais, os quais referem-se a essa eventual organização pesquisada. Uma análise crítica dos arquivos produzidos pela organização, bem como produzidos por outros agentes sociais, poderá proporcionar desvelamentos de elementos até então não levados em conta, os quais poderão ajudar a reconstruir outras narrativas sobre as organizações. Narrativas que poderão ser importantes para compreensão da sociedade em relação à organização.

REFERÊNCIAS

ADORISIO, A. L. M. Organizational remembering as narrative: „Storying“ the past in banking. **Organization**, v. 21, n. 4, p. 463-476, 2014.

CASEY, A. J.; OLIVERA, F. Reflections on organizational memory and forgetting. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 3, p. 305–310, 2011.

CAPPELEN, Sophie Marie; PEDERSEN, Jesper Strandgaard. Sequestrado pela esperança: dinâmicas de desvio da missão e dissolução de identidade em uma organização sem fins lucrativos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, 2021.

CORAIOLA, D. M.; BARROS, A.; MACLEAN, M.; FOSTER, W. M. História, memória e passado em estudos organizacionais e de gestão. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 1, p. 1-9, 2021.

CORREIA-LIMA, B. C.; RIGO, A. S.; DOS SANTOS, M. E. P. Memória organizacional e construção de identidade local: uma análise da mobilização e organização social no Conjunto Palmeira. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 4, p. 235-246, 2016.

COSTA, A. S. M.; MANCEBO, R. C.; PESSOA, L. A. G. D. P. Museus corporativos estratégicos: uma análise do espaço de memória da cervejaria Bohemia. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 2, 2016.

COSTA, A. S. M.; WANDERLEY, S. E. D. P. V. Passado, presente e futuro de história (crítica) das organizações no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 1, p. 1-8, 2021.

COSTA, A. S. M.; SILVA, M. A. D. C. Novas fontes, novas versões: contribuições do acervo da Comissão Nacional da Verdade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, p. 163-183, 2017.

COSTA, A. S. M.; DE CARVALHO SILVA, M. A. A pesquisa histórica em administração: uma proposta para práticas de pesquisa. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 20, n. 1, p. 90-121, 2019.

COSTA, A. S. M.; DE PAULA PESSOA, L. A. G. História e memória no discurso publicitário na Revista Veja. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 1, p. 19-35, 2016.

FANTINEL, L.D. As sociabilidades nas organizações: das sociologia formal às interações cotidianas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 139-151, 2016.

FELDMAN, R. M.; FELDMAN, S. P. What links the chain: An essay on organizational remembering as practice. **Organization**, v. 13, n. 6, p. 861-887, 2006.

GABRIEL, Y. The unmanaged organization: Stories, fantasies and subjectivity. **Organization studies**, v. 16, n. 3, p. 477-501, 1995.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática. **Rev Latinoam enfermagem**, v.12, n. 3, p. 549-56, 2004.

GRANJA, A. L.; SANTOS, J. M. C. M. O Poder do Passado: A Utilização da Memória Organizacional na Construção da Identidade de Clubes de Futebol. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 2, 2016.

GRIPP, E. C. M. B.; DOMINGUES, F. F. Um Espaço de Saudade: A Feira da Praçados Namorados em Vitória/ES na Memória de seus Integrantes. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 6, n. 3, 2017.

GOMES, R.; CARDOSO, S. P.; DOMINGUES, F. F. A (re) produção dos espaços urbanos brasileiros nos estudos organizacionais: que cidade é essa? **Gestão & Regionalidade**, v. 37, n. 111, 2021.

HALL, S. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. **Educação e realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

HIGGINS, J. PT. green S. **Cochrane handbook for systematic reviews of interventions version**, v. 5, n. 0, p. 3, 2011.

HJORTH, D.; DAWSON, A. The burden of history in the family business organization. **Organization Studies**, v. 37, n. 8, p. 1089-1111, 2016.

HODGE, P. A.; DA COSTA, A. D. S. M. Do particular para o geral: memória, história oral e estudos organizacionais. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 19, n. 3, p. 303336, 2020.

IGARASHI, W.; IGARASHI, D.C. C., BORGES, B. J. Revisão sistemática e sua potencial contribuição em “negócios, gerenciamento e contabilidade”. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 91, 2015.

JACQUES, L.; SCHREIBER, D.; NUNES, M. P.; THEIS, V. Modelos de gestão e a memória organizacional na indústria cervejeira artesanal do rio grande do sul. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 11, n. 1, p. 65-80, 2021.

MACLEAN, M.; HARVEY, C.; CLEGG, S. R. Organization theory in business and management history: Present status and future prospects. **Business History Review**, v. 91, n. 3, p. 457-481, 2017.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, T. Z. G. D.; PEREIRA, R. D.; CARRIERI, A. D. P.; CORREIA, G. F. A. Memórias em movimento: Histórias da Casa Tina martins no combate à violência de gênero. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 4, p. 1-16, 2021.

PALUDI, Mariana I.; MILLS, Jean Helms; MILLS, Albert J. Histórias corporativas e a ideia da América Latina. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, 2021.

PARDINI, D. J.; MACHADO, D. C. C.; DE OLIVEIRA, G. G. S. S. Historical Perspective in the Context of Organizational Culture in Acquisition Studies. **Revista Gestão & Conexões**, v. 6, n. 2, p. 6-30, 2017.

PERDIGÃO, D. A.; BARROS, A. N. D.; CARRIERI, A. D. P.; MIRANDA, S. R. Lembranças depositadas: a construção de uma memória organizacional no extinto Banco da Lavoura (Banlavoura) de Minas Gerais. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, p. 92-126, 2015.

ROWLINSON, M.; BOOTH, C.; CLARK, P.; DELAHAYE, A. *et al.* Social remembering and organizational memory. **Organization studies**, v. 31, n. 1, p. 69-87, 2009.

ROWLINSON, M.; CASEY, A.; HANSEN, P. H.; MILLS, A. J. Narratives and memory in organizations. **Sage Publications Sage**, v. 21, n. 4, p. 441-446, 2014.

SANTOS, C. A. S.; COSTA, A. S. M. Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso. **RECADM**, v. 18, n. 3, p. 371-393, 2019.

SANTOS, V. T.; ICHIKAWA, E. Y. Representações sociais, história e memória: possíveis contribuições para os estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 12, n. 31, p. 22132231, 2018.

STEIN, E. W. Organization memory: Review of concepts and recommendations for management. **International journal of information management**, v. 15, n. 1, p. 17-32, 1995.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. D. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, v. 22, p. 161-178, 2015.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. R. Organizational memory. **Academy of management review**, v. 16, n. 1, p. 57-91, 1991.

WANDERLEY, S.; BARROS, A.; DA COSTA, A. D. S. M.; DE PÁDUA CARRIERI, A. Caminhos e percursos da História em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção do presente. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 8, p. 832-851, 2016.

WOOD JR, T.; BINDER, M. P. Prisioneiros do discurso: o caso da indústria brasileira de transporte aéreo. **Revista de Administração Pública**, v. 44, p. 1273-1300, 2010.

YBEMA, S. The invention of transitions: History as a symbolic site for discursive struggles over organizational change. **Organization**, v. 21, n. 4, p. 495-513, 2014.